



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Florianópolis, 26/03/2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

COF/DPF – Coordenação Orçamentária e Financeira – Órgão Central

DGP – Direção de Gestão de Pessoas

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

DPF – Departamento de Polícia Federal

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

PMA – Plano de Metas Anual

SR – Superintendência Regional

SR/DPF/SC – Superintendência Regional em Santa Catarina

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	11
Quadro 02 - Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade.....	18
Quadro 03 - Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações.....	19
Quadro 04 - Dados Gerais da Ação 2679	19
Gráfico 01 – Comparativo das atividades de fiscalização de produtos químicos	20
Gráfico 02 – Comparativo das despesas de fiscalização de produtos químicos.....	21
Quadro 05 - Dados Gerais da Ação 2720	21
Quadro 06 - Dados Gerais da Ação 2726	22
Gráfico 03 – Comparativo das atividades de prevenção e repressão a crimes praticados contra a União.....	24
Gráfico 04 – Comparativo das despesas de atividades de prevenção e repressão a crimes praticados contra a União.....	24
Quadro 07 - Dados Gerais da Ação 4572	25
Gráfico 05 – Comparativo das ações de capacitação.....	26
Quadro 08 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações.....	26
Quadro 09 - Dados Gerais da Ação 8979	27
Quadro 10 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.....	28
Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 8375	28
Gráfico 06 – Comparativo de indenizações de armas pagas.....	29
Quadro 12 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo	30
Quadro 13 - Dados Gerais da Ação 2000.....	30
Gráfico 07 – Comparativo das despesas empenhadas em atividades administrativas.....	32
Gráfico 08 – Comparativo das despesas consolidadas.....	32
Gráfico 09 – Comparativo dos recursos gastos com diárias.....	32
Quadro 14 - Dados Gerais da Ação 2003.....	33
Quadro 15 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	35
Quadro 16 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	36
Quadro 17 - Evolução de Gastos Gerais.....	37
Quadro 18 – Dispensas de Licitação 2009 – UG: 200370.....	38
Quadro 19 – Dispensas de Licitação 2009 – UG: 200371.....	39
Quadro 20 – Inexigibilidades de Licitação 2009 – UG: 200370.....	39
Quadro 21 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	42
Quadro 22 - Demonstrativo da Execução Orçamentária no Programa de Prevenção e Repressão à Criminalidade	44
Quadro 23 - Demonstrativo da Execução Orçamentária no Programa de Modernização da Polícia Federal.....	45
Quadro 24 - Demonstrativo da Execução Orçamentária no Programa de Apoio Administrativo.....	46

Quadro 25 - Demonstrativo da Execução Orçamentária no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI	46
Quadro 26 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade.....	47
Quadro 27 - Indicadores de desempenho.....	49
Quadro 28 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009.....	51
Quadro 29 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.....	51
Quadro 30 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009.....	54
Quadro 31 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências.....	60
Quadro 32 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU – Referentes as Contas de 2007.....	61
Quadro 33 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos.....	64

SUMÁRIO

Introdução	8
1 – Informações Gerais de Identificação	11
2 – Objetivos e Metas	13
2.1 – Responsabilidades Institucionais.....	13
2.1.2 – Objetivos Estratégicos.....	14
2.2 – Estratégia de Atuação.....	15
2.2.1 –Plano de Metas Anual – SR/DPF/SC.....	15
2.2.1.1 – Metas Policiais	15
2.2.1.2 – Metas Administrativas	16
2.2.1.3 – Metas voltadas à Gestão de Pessoas	17
2.3 – Gestão Orçamentária e Financeira	18
2.3.1 – Programas/Ações.....	18
2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.....	18
2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precusores Químicos.....	19
2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	21
2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	22
2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	25
2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal.....	26
2.3.1.2.1 – Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal.....	27
2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.....	28
2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento	28
2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo.....	29
2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade	30
2.3.1.4.2 – Ação 2003 - Ações de Informática.....	33
2.4 – Desempenho Operacional.....	35
2.4.1 – Evolução das despesas.....	35
2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	35
2.4.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	36
2.4.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	42
2.4.1.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	44

2.4.1.5 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade.....	47
2.4.2 – Indicadores de desempenho	49
2.4.3 – Análise do desempenho	50
3 - Recursos Humanos.....	51
4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	53
5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009.....	54
6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres	55
7 – Previdência Complementar Patrocinada.....	56
8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos.....	57
9 – Renúncia Tributária.....	58
10 – Operações de Fundo.....	59
11 – Determinações dos Órgãos de Controle.....	60
11.1 – Recomendações da CGU.....	60
11.2 - Determinações e Recomendações do TCU	61
12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009.....	63
13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios.....	64
14 – Outras Considerações.....	65
15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.....	66



Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Santa Catarina (SR/DPF/SC) no ano de 2009, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional em Santa Catarina, pois são executados pelo órgão central.

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Santa Catarina está estruturada em sete Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência em Florianópolis e seis (06) Descentralizadas: Delegacia de Polícia Federal em Lages, Delegacia de Polícia Federal em Chapecó, Delegacia de Polícia Federal em Dionísio Cerqueira, Delegacia de Polícia Federal em Itajaí, Delegacia de Polícia Federal em Criciúma e Delegacia de Polícia Federal em Joinville.

A estrutura da Superintendência Regional, na sede, é composta de dez (10) Delegacias Especializadas (Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários e Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, **subordinadas a Delegacia Regional Executiva** e Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas e Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros, **subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**), da **Corregedoria Regional de Polícia**, além de cinco (05) Núcleos (Núcleo de Custódia, Núcleo Operacional, Núcleo de Tecnologia da Informação, Núcleo de Inteligência Policial e Núcleo Cartorário) e de três (03) Setores (Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial).

O Estado de Santa Catarina é um estado de posição estratégica na Região Sul do País, posicionado entre o estado do Paraná e o Rio Grande do Sul, fazendo, ainda, fronteira com a Argentina. A população atual de Santa Catarina está estimada em aproximadamente seis milhões de habitantes ¹, com a maior concentração populacional na região de Florianópolis, grande Florianópolis e nas cidades de Joinville, Criciúma, Chapecó, Lages e Itajaí, cidades onde se encontram a maioria das Descentralizadas do DPF.

¹ Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.gov.br



A visão estratégica da atuação da Polícia Federal neste estado é a de integrar os núcleos de inteligências policiais de suas unidades no sentido de combater, de forma efetiva e ampla, a criminalidade, envidando os esforços para atuação no combate aos crimes ambientais, à corrupção, desvio de recursos públicos, contrabando e descaminho, crimes financeiros, tráfico de drogas e crimes eleitorais.

No ano de 2009 foram instaurados 2.435 inquéritos policiais no estado de Santa Catarina, concluídos 3.028 (três mil e vinte oito) e ficaram em andamento 3.239 (três mil duzentos e trinta e nove) inquéritos em consulta na data de 31/12/2009. Foram realizados ainda 692 (seiscentos e noventa e dois) indiciamentos.

De forma mais pró-ativa destacam-se as seguintes ações operacionais no ano de 2009 de maior repercussão:

a) Operação Arrastão: 19 (dezenove) prisões e 49 (quarenta e nove) mandados de busca (corrupção de policiais do estado, exploração de jogos de azar - caça-níqueis);

b) Operações de combate ao tráfico de drogas que resultou na prisão de 34 (trinta e quatro) indivíduos e a apreensão de mais de 02 (duas) toneladas de entorpecentes.

c) Operação Transparência: resultou no indiciamento de 07 (sete) pessoas por corrupção ativa e passiva, inclusive do Vice-Governador do Estado de Santa Catarina.

Na atuação preventiva/repressiva a Superintendência em Santa Catarina vem atuando, com grande ascensão para 2010, no combate aos crimes ambientais, principalmente na circunscrição da Superintendência em virtude da orla marítima e pelo clamor da sociedade pela consciência ambiental. As atividades operacionais no combate aos crimes ambientais vêm sendo desenvolvidas em parceria pela DELEMAPH e pelo Grupo de Policiamento Marítimo-GPOM.

A Polícia Federal em Santa Catarina conta com 03 (três) unidades de Policiamento Marítimo no – GPOMs, localizados nas cidades de Florianópolis, Itajaí e Joinville, utilizando-se de 01 (uma) lancha e 06 (seis) botes infláveis. Dentre suas atividades mais frequentes estão: patrulhamento costeiro; policiamento portuário; desembarço de navios mercantes; imigração de estrangeiros dos navios de turismo; policiamento nas áreas de fundeio; patrulhamento nas áreas de proteção ambiental e operações de combate à extração ilegal de areia em leito de rio (dragagem irregular); apoio às operações policiais e também às operações e atividades requisitadas pelo Ministério Público, IBAMA, DNPM e ICMBio. Para o uso do NEPOM na cidade de Florianópolis foi incorporada ao patrimônio da União uma área privilegiada entre a Ponte Colombo Salles e a Ponte Hercílio Luz. Em 2009 foram apreendidos vários apetrechos de pesca, dragas e embarcações irregulares. Para o NEPOM de Itajaí, no final de 2009, foi destinado pela Gerência do Patrimônio da União um terreno para a construção das instalações, porém, ainda não existe projeto específico para a construção da sede.

Tendo em vista a posição estratégica de Florianópolis, com alta rotatividade de pessoas e embarcações, em 2009 foram registradas mais de 4.300 (quatro mil e trezentas) diligências referentes a estrangeiros (recadastramentos, registros, prorrogações de permanências, etc.); fiscalização em, pelo menos, 202 (duzentas e duas) embarcações; atendimento a quase 90.000 (noventa mil) cidadãos no tráfego internacional de brasileiros/estrangeiros no aeroporto da capital.



A proposta para o exercício de 2010 na área operacional e finalística do Órgão é intensificar a atuação do combate ao tráfico de drogas, corrupção e crimes contra o meio-ambiente, fomentando a integração dos órgãos de fiscalização e repressão, principalmente os que integram a Segurança Pública. Em 2010, por ser um ano em que ocorrerão as eleições para presidente, governador, deputados e senadores, a Polícia Federal destinará grande parte de seu efetivo no apoio ao bom andamento das eleições, ademais de investigações e instaurações de inquéritos policiais no combate aos crimes dessa natureza.

Na área administrativa o objetivo é pela melhoria das condições prediais das Delegacias no interior do estado. Para tanto serão firmados contratos para manutenção predial e pleiteado junto ao Órgão Central recursos para a construção da Delegacia de Dionísio Cerqueira, a qual está instalada em um prédio próprio com mais de 40 anos e se encontra em péssimas condições.



1 - Informações Gerais de Identificação

Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Santa Catarina.			
Denominação abreviada: Polícia Federal em Santa Catarina			
Código SIORG: 001157	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200370
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(048) 3281-6502	(048) 3281-6501	(048) 3281-6600
Endereço eletrônico: gab.srsc@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, n. 4744, Agronômica, Florianópolis/SC.			
Identificação de Unidade Jurisdicionada Consolidada			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – SC			
Denominação abreviada: FUNAPOL – SC			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200371
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(048) 3281-6502	(048) 3281-6501	(048) 3281-6600
Endereço eletrônico: gab.srsc@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, n. 4744, Agronômica, Florianópolis/SC			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			



- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Decreto n. 77.665/72, de 02/06/72.
- Portaria n. 39/75, de 18/03/75. Transformada Divisão em Superintendência Regional.

FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas

- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.
- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas



2 - Objetivos e Metas

2.1 - Responsabilidades Institucionais

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tornando-se sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, fazendo parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, enquanto unidades gestoras, como a Superintendência de Santa Catarina.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim sendo, a Superintendência Regional no Estado de Santa Catarina exerce todas as atividades acima elencadas, de forma direta ou indireta, no âmbito de sua circunscrição, com as atribuições de: planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal; administrar as unidades sob sua



subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais; propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais; executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento; apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias; promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.

2.1.2 - Objetivos Estratégicos

No ano de 2009 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

A Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina tem como norte as diretrizes da Direção Geral, bem como a visão de futuro da Instituição, vale dizer, que toda a atuação da instituição está focada no atendimento da MISSÃO do Departamento de Polícia Federal de “manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, do estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.” Essa MISSÃO do DPF visa atingir a VISÃO DE FUTURO de “tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

É com essa visão de futuro da Instituição que a Superintendência Regional em Santa Catarina atuou mais notadamente no exercício de 2009 no combate ao crime organizado, com ênfase na lavagem de dinheiro para descapitalizar os grupos criminosos e no combate a corrupção visando o fortalecimento das instituições legalmente constituídas. Também foi objetivo na SR/DPF/SC, neste exercício, a melhoria no atendimento ao público externo, como na emissão de passaportes, atendimento a cidadãos e embarcações estrangeiros, bem como a prevenção e repressão a crimes ambientais, com forte atuação, de forma integrada dos NEPOM's.



2.2 - Estratégia de Atuação

A atuação da Unidade da Polícia Federal em Santa Catarina no exercício de 2009 visou atender as diretrizes da Direção Geral do DPF acima especificadas, coordenadas pelas Unidades Centrais das respectivas áreas de atuação, bem como cumprir as metas estabelecidas por esta UJ, no Plano de Metas Anual – PMA para o exercício de 2009.

2.2.1 -Plano de Metas Anual - SR/DPF/SC

2.2.1.1 - Metas Policiais

As metas estabelecidas como prioridades para o exercício de 2009 na UJ de Santa Catarina foram:

- Incrementar o combate aos crimes ambientais;
- Incrementar o combate aos crimes de corrupção;
- Incrementar o combate ao tráfico ilícito de drogas;
- Incrementar o combate aos crimes financeiros e de lavagem de dinheiro;
- Incrementar o patrulhamento na costa do litoral catarinense;
- Incrementar a fiscalização nos portos de Santa Catarina.

As metas policiais foram alcançadas com grande êxito no ano de 2009, com ações de combate à corrupção que resultou, inclusive, no indiciamento do Vice-Governador, a apreensão de mais de 03 (três) toneladas de entorpecentes, forte atuação do GPOM nos crimes ambientais e prevenção/repressão com patrulhamento na costa catarinense.

A maior dificuldade enfrentada no DPF atualmente é a carência de recursos humanos, a qual resulta em prejuízo nas atividades finalísticas do Órgão e nas atividades de apoio, uma vez que o DPF assumiu o compromisso com o Governo Federal de manter as ações permanentes nas áreas da Floresta Amazônica. Com maior ênfase no ano de 2010, a operação Sentinela (controle de fronteira em parceria com a Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal) demandará uma grande movimentação do efetivo entre as UJs.

Estas operações são atendidas por determinação da Direção Geral do DPF, por requisição de ofício.



2.2.1.2 - Metas Administrativas

As prioridades administrativas da UJ de Santa Catarina para o ano de 2009, visando viabilizar as atividades finalísticas da UJ, foram:

- Reformar a Delegacia de Polícia Federal em Lages;
- Reformar a Delegacia de Polícia Federal em Dionísio Cerqueira;
- Reformar as casas funcionais em Dionísio Cerqueira;
- Incorporar terreno para construção da sede do NEPOM em Florianópolis;
- Incorporar terreno para construção da sede do NEPOM em Itajaí;
- Incorporar terreno para construção de sede própria para a Delegacia de Polícia Federal em Chapecó;
- Incorporar terreno para construção de sede própria para a Delegacia de Polícia Federal em Criciúma;
- Instalar uma base operacional no porto de Imbituba;
- Instalar Canil na Delegacia de Polícia Federal em Dionísio Cerqueira;
- Disponibilizar local apropriado para emissão de passaportes em Itajaí.

Dentre as metas administrativas elencadas algumas foram exitosas, como a reforma da Delegacia de Lages, concluída em sua totalidade no ano de 2009; como a incorporação do terreno da sede do NEPOM/FLN, com a parceria do Patrimônio da União; do terreno da sede do NEPOM/IJI, cedido pelo Patrimônio da União; e do terreno para a sede da Delegacia de Chapecó, com a negociação da administração da SR/DPF/SC e a Prefeitura daquele município.

Entre outras ações que tiveram bons resultados podemos citar as parcerias com o Porto de Imbituba, que disponibilizou área e instalações para uma base operacional naquela circunscrição; e com o shopping em Camboriú que disponibilizou sala para emissão de passaporte naquele município, desafogando a demanda na Delegacia de Itajaí, ambas as ações sem ônus de locação para a UJ.

As ações que tiveram mudança na estratégia no decorrer do exercício foram as reformas nas casas funcionais e na Delegacia de Dionísio Cerqueira pois, após análise técnica das instalações, foi constatado que o custo-benefício da reforma não compensaria a ação. Sendo assim, decidiu-se pela construção de uma nova delegacia na mesma área e pela devolução das casas funcionais ao Patrimônio da União, desonerando o DPF pela responsabilidade das casas ociosas e sem manutenção.

Quanto à área para a sede de Criciúma, restou inexitosa no exercício de 2009 em virtude das tratativas políticas com aquele município que não prosperaram e não houve manifestação do Patrimônio da União sobre disponibilidade de terreno apropriado.



A ação de instalar um canil no município de Dionísio Cerqueira também resultou em mudança de estratégia, uma vez que as diretrizes para tais medidas foram centralizadas no Canil Central, em Brasília, que recomenda que haja somente um canil em cada UJ, visando minimizar custos, já que a manutenção de mais de um canil seria muito onerosa.

2.2.1.3 - Metas voltadas à Gestão de Pessoas

As Metas na área de Gestão de Pessoas também estão contempladas na Ação 4572 constante do Programa de Prevenção e Repressão a Criminalidade, que foram priorizadas na UJ de Santa Catarina, como segue:

- Capacitar os servidores da SR/DPF/SC;
- Incrementar ações para melhoria do clima organizacional;
- Incrementar serviço de assistência social;
- Aumentar o efetivo das unidades do DPF em Santa Catarina;

Para esta meta foram incrementadas ações de capacitação em várias frentes, contudo o investimento com recursos da ação 4572 não foi expressivo, totalizando o valor de R\$ 11.938,00 (onze mil novecentos e trinta e oito reais), uma vez que a descentralização de recursos para a ação é realizada de forma centralizada pela COF/DPF, sendo que esta UJ não detém a autonomia para decidir as ações, somente de propor as prioridades.

Contudo, há iniciativas na UJ de incrementar ações sem ônus para o DPF, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina e as entidades de classe, as quais têm apresentado excelentes resultados. Dentre as ações de capacitação realizadas sem ônus para o DPF em 2009, podemos citar: Mês da saúde, cuja atividade prima pela assistência ao servidor, denotando a preocupação do Órgão para com este, e, melhorando assim, o clima organizacional; treinamentos em gestão documental, visando o tratamento adequado dos documentos de arquivo e a consequente agilidade e qualidade dos serviços prestados pelo Arquivo Geral da Superintendência; outro treinamento relevante foi o de armamento e tiro que alcançou mais de 200 (duzentos) policiais no ano de 2009, sendo um treinamento contínuo necessário para o condicionamento e segurança nas atividades finalísticas do DPF.

Foram realizadas ainda as seguintes capacitações de servidores: Curso de Identificação de Veículos, Treinamento Básico em Operações Embarcadas, Curso Especial para tripulação de Embarcações de Estado no Serviço Público – ETSP, Curso Especial para Condução de Embarcações de Estado no Serviço Público – ECSP e Operador de Taser.



2.3 - Gestão Orçamentária e Financeira

Quadro 02 - Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200336
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200337

2.3.1 - Programas/Ações

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União e capacitação de seus servidores.

A Superintendência Regional de Santa Catarina executou recursos do programa de Modernização da Polícia Federal, na ação referente à construção de Unidades do DPF, com a reforma e adequação do imóvel da Delegacia de Polícia Federal na cidade de Lages durante o ano de 2009. A Delegacia de Lages estava instalada em sede locada, sendo necessária incorporação ao patrimônio de área para construção de sede própria. O DNIT – Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transporte disponibilizou uma área com instalações físicas, resultando na reforma e adequação do imóvel para a Sede própria da Delegacia de Lages.

Não obstante, o programa de Apoio Administrativo representa a maior parte dos recursos administrados pela SR/DPF/SC e abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando para isso a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência executou, ainda, recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento.

2.3.1.1 - Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.



Quadro 03 - Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

Tipo de programa		Finalístico
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ		Ademar Stocker
Indicador(es) para avaliação do programa		Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)		Sociedade
Código	Tipo ²	Descrição da Ação
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.1.1 - Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Quadro 04 - Dados Gerais da Ação 2679

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	200371
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2679 FISCALIZACAO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUCAO, TRANSPORTE E COMERCIO DE PRECURSORES QUIMICOS	88.345,05	88.345,05	88.345,05

² Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial



Considerações

Foram empenhados e liquidados R\$ 88.345,05 (oitenta e oito mil trezentos e quarenta e cinco reais e cinco centavos) para a ação 2679 em 2009. A maior parte deste valor foi executada para custear as diárias dos policiais no cumprimento das diligências necessárias para fiscalizar, controlar e investigar as empresas do ramo.

Analisando o valor executado versus as atividades realizadas, cita-se que no exercício de 2009 foram realizadas diligências pelo Setor de Químicos desta UJ que resultaram em 14 (quatorze) fiscalizações de empresas da área de produtos químicos controlados e 160 (cento e sessenta) emissões de documentos entre certificados, renovações e alterações cadastrais. Nas Descentralizadas do interior do estado soma-se 60 (sessenta) fiscalizações, 107 (cento e sete) certificados expedidos e 615 (seiscentos e quinze) renovações e alterações de cadastro.

Em 2008 foram emitidos 345 (trezentos e quarenta e cinco) documentos entre certificados, notificações, renovações e alterações cadastrais e executado o valor de R\$ 89.019,50 (oitenta e nove mil, dezenove reais e cinquenta centavos). Comparando-se com o exercício de 2009, depreende-se que houve uma pequena redução na descentralização de recursos para esta ação. No entanto, a produtividade manteve-se conforme demonstrado no gráfico abaixo, em virtude de ações de contingenciamento de pagamento de diárias e planejamento/otimização das missões fora da sede para atividades de fiscalização e vistorias.

Gráfico 01 – Comparativo das atividades de fiscalização de produtos químicos

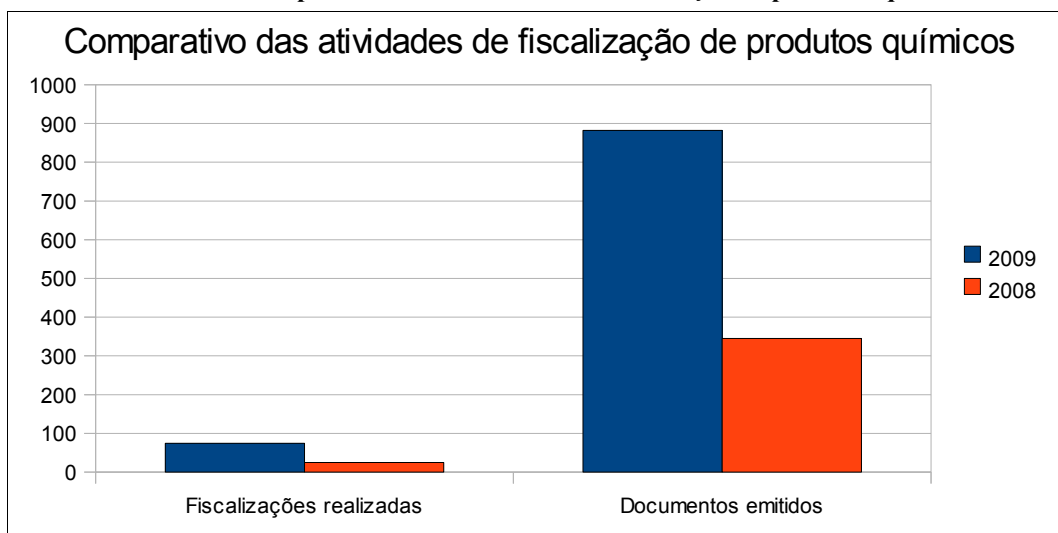




Gráfico 02 – Comparativo das despesas de fiscalização de produtos químicos



2.3.1.1.2 - Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro 05 - Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correções disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Ademir Dias Cardoso Júnior
Unidades executoras	200371
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2720 ACOES DE CARATER SIGILOSO NA AREA DE SEGURANCA PUBLICA	139.388,47	139.388,47	139.388,47

Considerações

A execução da despesa de caráter sigiloso totalizou, no exercício de 2009, o montante de R\$ 139.388,47 (cento e trinta e nove mil, trezentos e oitenta e oito reais e quarenta e sete centavos) para atender às atividades de inteligência e apoio às operações realizadas no estado de Santa Catarina, uma vez que a característica dinâmica do DPF e de suas ações depende de pronto-emprego de recursos para ações que não podem aguardar o rito ordinário da execução da despesa pública.

As principais operações com trabalho de inteligência, e que dependeram de recursos da ação 2720 foram: *Operações Arrastão, Carcaça, Transparência, Alavanca, Capoeiras, Paranhos,*



Resgate, Boiadeiro, Apoio, Espírito Santo, Ponta e Batman, resultando na apreensão de aproximadamente 03 (três) toneladas de entorpecentes e a prisão de 34 (trinta e quatro) pessoas.

Comparando-se com o ano de 2008, no qual foram apreendidos 3.249.926 (três milhões, duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e vinte e seis) gramas de entorpecentes, percebe-se continuidade dos trabalhos desenvolvidos no combate ao tráfico e com ótimos resultados para a UJ, muito embora tenha ocorrido redução dos recursos executados comparativamente ao exercício de 2008, cujo montante foi de R\$ 178.645,31 (cento e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e trinta e um centavos).

2.3.1.1.3 - Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro 06 - Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Unidades executoras	200371
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN



Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
2726 PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO	2.548.455,72	2.548.455,72	2.548.455,72

Considerações

Nessa ação foi empregada a maior parte dos recursos destinados à área finalística da Superintendência.

O montante de R\$ 2.548.455,72 (dois milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e dois centavos) foram empenhados, liquidados e pagos no próprio exercício de 2009.

Foram realizadas 76 (setenta e seis) operações com a finalidade de repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, além de ações de prevenção e combate ao crime organizado e crimes ambientais no Estado de Santa Catarina.

Corroborando com as atividades desenvolvidas no âmbito da Superintendência para atender a ação 2726 foram emitidos pelo Setor Técnico-Científico 1.382 (um mil trezentos e oitenta e dois) laudos, o que representou um acréscimo de 2% na produtividade do Setor em comparação à produtividade de prova do ano de 2008.

Na atividade de polícia judiciária a quantidade de IPL instaurados sofreu uma redução significativa de 3.133 (três mil cento e trinta e três) IPL no ano de 2008 para 2.435 (dois mil quatrocentos e trinta e cinco) IPLs no ano de 2009. Tal redução é o resultado do trabalho de inteligência policial com o Projeto Tentáculos o qual buscou aperfeiçoar as atividades investigativas da Polícia Federal, visando reduzir e otimizar as instaurações de inquéritos pífios e inócuos, que apuram crimes com poucas chances de se chegar a autoria e que por sua característica de ramificação em várias cidades locais e estados, utilizando-se de “laranjas” para a prática do crime, é necessária a atuação para a elucidação da autoria mentora.

No entanto a produtividade conclusiva dos inquéritos em andamento sofreu um incremento significativo aumentando de 2.105 (dois mil cento e cinco) IPL do ano de 2008 para 3.028 (três mil e vinte e oito) IPL em 2009.

Em análise mais detalhada dos gastos no exercício de 2009, constata-se que a maior parte do recurso liquidado e pago, em um percentual de 96%, foi no elemento de despesa 33.90.14 (diárias), em razão das atividades policiais demandarem deslocamentos em municípios que compõem as circunscrições das Delegacias, bem como atendimento de recrutamentos para ações e operações em outras Unidades da Federação.

Em justificativa aos gastos com diárias dentro desta ação, citam-se as seguintes diligências, que constaram do Relatório de Atividades da SR/DPF/SC, as quais demonstram a necessidade de pagamentos de diárias: a) 34 (trinta e quatro) operações com o patrulhamento marítimo; b) 36 (trinta e seis) patrulhamentos preventivos na costa; c) 41 (quarenta e um) policiais em missão para apoio às operações permanentes na Amazônia Legal, com missão no período mínimo de 60 (sessenta) dias até 90 (noventa) dias; d) atendimento de 160 (cento e sessenta) recrutamentos para missões policiais



visando apoio a outros estados da Federação; e) 2.762 (dois mil setecentos e sessenta e dois) documentos de estrangeiros expedidos, que demanda investigação preliminar, ou seja, diligências com deslocamentos intermunicipais; f) 1.069 (um mil e sessenta e nove) vistorias em agências bancárias; g) 600 (seiscentas) intimações realizadas; h) diligências não quantificadas realizadas ao longo das investigações das 76 (setenta e seis) operações realizadas pela UJ que demandam levantamento em diversas localidades.

Os elementos de despesa que compõem o restante dos gastos na Ação 2726 foram 33.90.30 e 33.90.39 (material de consumo e serviço pessoa jurídica) gastos na forma de suprimento de fundos para atender as necessidades das atividades desenvolvidas para cumprimento das metas institucionais que não podem aguardar a aquisição ou contratação pelo rito ordinário da despesa.

Gráfico 03 – Comparativo das atividades de prevenção e repressão a crimes praticados contra a União

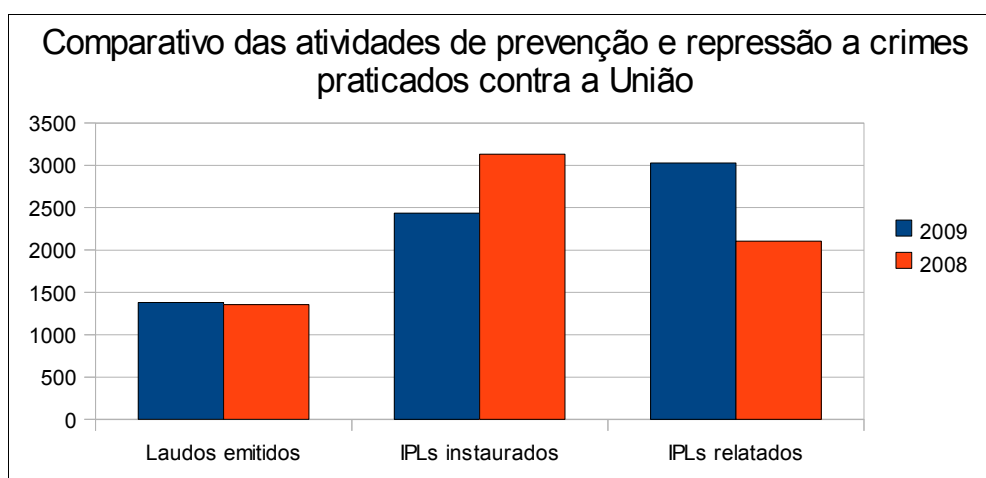
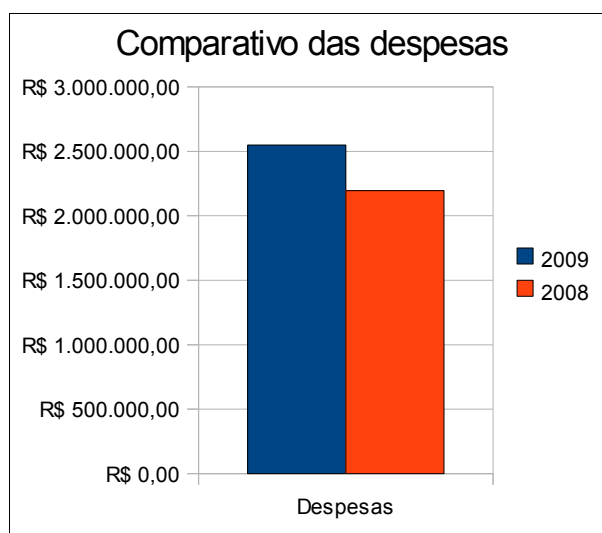


Gráfico 04 – Comparativo das despesas de atividades de prevenção e repressão a crimes praticados contra a União





2.3.1.1.4 - Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro 07 - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Laura Vilella Rosa Tacca
Unidades executoras	200371
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
4572 CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO	11.938,00	11.938,00	11.938,00

Considerações

Foi executado no exercício de 2009 o valor de R\$ 11.938,00 (onze mil, novecentos e trinta e oito reais) na ação 4572, correspondente ao treinamento de 05 (cinco) servidores, sendo que o de maior valor (R\$ 7.328,00) foi executado com uma única capacitação referente à pós-graduação de uma servidora em direito previdenciário.

Contudo, foram realizados 46 (quarenta e seis) treinamentos no âmbito desta Superintendência e alcançado uma totalidade de 358 (trezentos e cinquenta e oito) servidores capacitados, entre policiais e administrativos, tendo como principal ação o treinamento de armamento e tiro, treinamento este entendido por esta UJ como prioridade para a atividade policial, uma vez que para o êxito das ações rotineiras, operações, buscas e apreensões, prisões, é imprescindível o bom condicionamento dos policiais do quadro.

Em uma análise crítica do valor executado em ação de capacitação na UJ de Santa Catarina, pode-se depreender que houve pouco investimento comparativamente ao número de efetivo e ao valor despendido para as demais ações, tornando-se o montante apurado no sistema SIAFI insignificante para esta ação.

Importa ressaltar que as autorizações para as ações de capacitação com ônus para o DPF dependem de prévia autorização da DGP/DPF.

Comparativamente, observa-se que no ano de 2008 foram realizadas 33 (trinta e três) ações de treinamento, com as quais alcançou-se 625 (seiscentos e vinte e cinco) servidores capacitados, ficando

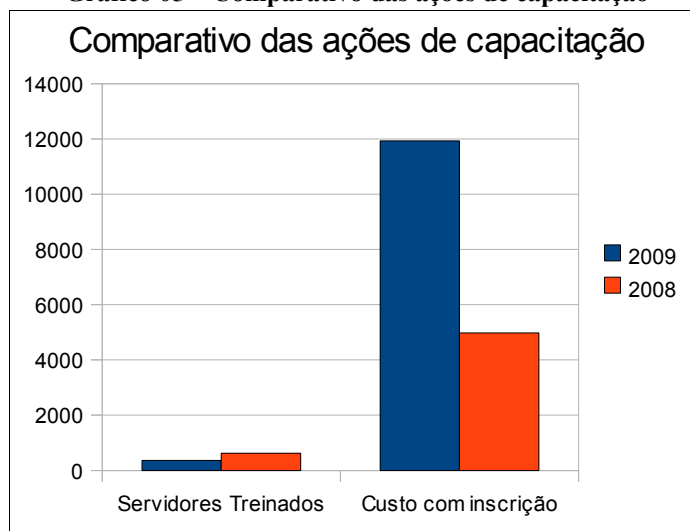


demonstrada uma redução das atividades de capacitação mesmo estando dentro das prioridades do Plano de Metas Anual como também das ações de relevância do PPA.

Contudo, o valor, apurado no sistema SIAFI gasto com a Ação 4572 no exercício de 2008 foi de R\$ 4.973,95 (quatro mil, novecentos e setenta e três reais e noventa e cinco centavos), menor que no exercício de 2009. Esses números se devem ao fato de que naquele ano foi realizado um maior número de treinamentos organizados pela própria SR/DPF/SC, em parceria com outras instituições, sem ônus.

Por fim, é importante pontuar que nos números informados acima não foram contabilizados os servidores treinados pelo programa RENAESP/ANP de educação a distância, através dos cursos instituídos pela Academia Nacional de Polícia e através de cursos oferecidos em parceria com outras unidades da Polícia Federal ou outras instituições, uma vez que não há esses dados para o ano de 2009.

Gráfico 05 – Comparativo das ações de capacitação



2.3.1.2 - Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal

O Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal tem por objetivo reestruturar o DPF, proporcionando condições operacionais para o exercício de suas atribuições constitucionais, conforme detalhado em quadro abaixo, devendo-se observar que as Ações especificadas se referem apenas àquelas executadas por esta Superintendência.

Quadro 08 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.
Gerente de Programa	Rogério Augusto Viana Galloro
Responsável pelo Programa na UJ	Ademar Stocker



Indicador(es) para avaliação do programa		Não há indicador
Público-alvo (beneficiários)		Departamento de Polícia Federal
Código	Tipo³	Descrição da Ação
8979	A	Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.2.1 - Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal

Quadro 09 - Dados Gerais da Ação 8979

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Reformar e restaurar as instalações do Departamento de Polícia Federal, visando a melhoria da organização e do desenvolvimento das atividades, a redução de custos operacionais e o atendimento às crescentes demandas da sociedade em relação a segurança pública.
Descrição	Atendimento à crescente demanda de espaço físico adequado à formação e atuação dos servidores do Departamento de Polícia Federal, realizando obras de reforma e modernização nas bases operacionais, na Academia Nacional de Polícia e nas demais unidades do Departamento de Polícia Federal, contemplando: serviços preliminares, movimentos de terra, fundações, infraestrutura, superestrutura, vedações, esquadrias, coberturas, instalações hidro-sanitárias, elétricas e de telecomunicações e informática, revestimentos e pavimentações (pisos, paredes e forros), vidros, pinturas, elevadores e serviços complementares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Renato José Lazary da Fonseca
Unidades executoras	200371
Produto (unidade de medida)	unidade reformada (% de execução física)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos
8979 REFORMA E MODERNIZACAO DAS UNIDADES DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	61.505,96	61.505,96	61.505,96

Considerações

Foi executado o valor de R\$ 61.505,96 (sessenta e um mil, quinhentos e cinco reais e noventa e seis centavos) na ação 8979, no exercício de 2009, para concluir a reforma e instalação do prédio próprio, onde se encontra a sede da Delegacia de Lages, considerando a necessidade de contingenciar os gastos com locação. Tal ação foi o resultado da gestão junto ao DNIT para buscar a destinação de área com edificações, com o fito de instalar a Delegacia de Lages e, após o sucesso das tratativas, findou com a transferência da área, a qual necessitou somente de reforma e pequenas adequações para ser inaugurada em agosto de 2009.

O custo-benefício dos recursos aqui aplicados é mensurável pela economicidade do valor da locação e pela adequação do espaço físico às necessidades do Órgão.

³ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial



2.3.1.3 - Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

O Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

Quadro 10 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça.
Objetivos Específicos	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.
Gerente de Programa	Ronaldo Teixeira da Silva
Responsável pelo Programa na UJ	Ademar Stocker
Indicador(es) para avaliação do programa	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.3.1 - Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 8375

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Unidades executoras	200370
Produto (unidade de medida)	Indenização paga (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Execut. por Insc. em RP Não-Proc
8375 CAMPANHA DO DESARMAMENTO	60.465,54	38.165,54	38.165,54	22.300,00

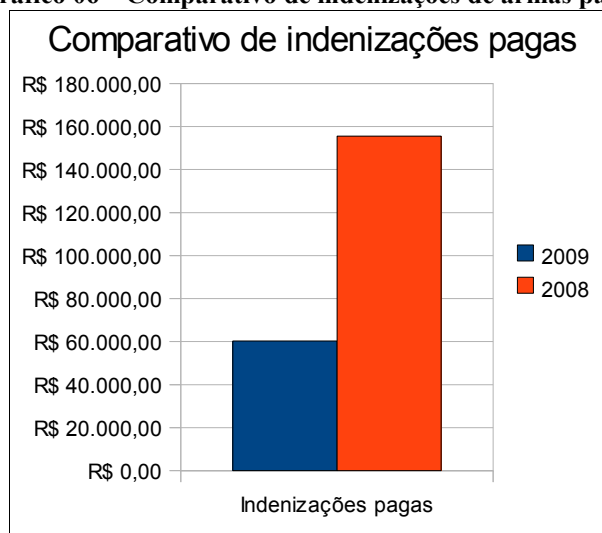


Considerações

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha de Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações, mas também tem por objetivo fomentar de outras formas a ação, tendo servido como fundo inclusive para a Campanha de Regularização realizada em 2009.

No Estado Santa Catarina a Polícia Federal pagou R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) em indenizações, R\$ 165,54 (cento e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) em diárias-civis e inscreveu R\$ 22.300,00 (vinte e dois mil e trezentos reais) em Restos a Pagar para o exercício de 2010. Para esta ação foram arrecadadas 356 (trezentos e cinquenta e seis) armas de fogo e regularizadas 43.235 (quarenta e três mil, duzentos e trinta e cinco) armas de fogo, tendo sido adotadas iniciativas de interiorização das Campanhas. Percebe-se que, em comparação com o ano de 2008, houve uma redução no quantitativo de armas entregues, bem como redução no valor executado no pagamento das indenizações, resultado da desmobilização incrementada nos anos anteriores para incentivar as entregas de armas.

Gráfico 06 – Comparativo de indenizações de armas pagas



2.3.1.4 - Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.



Quadro 12 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Não informado
Objetivos Específicos		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa		Ademar Stocker
Indicadores para avaliação do programa		Este Programa não possui indicadores.
Público-alvo (beneficiários)		Governo
Código	Tipo⁴	Descrição da Ação
2000	A	Administração da Unidade
2003	A	Ações de Informática

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.4.1 - Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro 13 - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200370 e 200371
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

⁴ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial



Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Execut. por Insc. em RP Não-Proc
2000	Administração da Unidade - 200370	7.575.604,64	7.223.715,24	7.223.715,24	351.889,40
2000	Administração da Unidade - 200371	79.690,26	79.690,26	79.690,26	---
Total		7.655.294,90	7.303.405,50	7.303.405,50	351.889,40

Considerações

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular do DPF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.

O Valor executado na ação 2000 foi de R\$ 7.303.405,50 (sete milhões trezentos e três mil, quatrocentos e cinco reais e cinquenta centavos), não destoando do exercício de 2008 que para a mesma ação foi executado R\$ 6.776.495,09 (seis milhões, setecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e nove centavos).

Do montante executado, a maior parte foram recursos gastos para a locação de mão de obra no montante de R\$ 3.063.700,84 (três milhões, sessenta e três mil e setecentos reais e oitenta e quatro centavos), que compreende o custeio da despesa de terceirização. A despesa que representa expressão nos gastos desta UJ são os recursos executados para o pagamento de empresas contratadas para a manutenção de veículos, manutenção de bens imóveis e locação de imóveis, o que representa um percentual de 30% da Ação 2000 (UG 200370), totalizando o montante de R\$ 2.201.793,56 (dois milhões, duzentos e um mil, setecentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos).

Destaca-se também os valores gastos: a) com material de consumo (33.90.30) no montante de R\$ 916.301,23 (novecentos e dezesseis mil, trezentos e um reais e vinte e três centavos), para custeio de material de expediente necessários para as atividades do DPF, bem como de materiais para manutenção das viaturas, para manutenção das instalações físicas e para material de processamento de dados; b) com passagens aéreas no valor de R\$ 492.519,04 (quatrocentos e noventa e dois mil, quinhentos e dezenove reais e quatro centavos); c) com indenizações (33.90.93) no montante de R\$ 486.917,89 (quatrocentos e oitenta e seis mil, novecentos e dezessete reais e oitenta e nove centavos), dois quais 92,2% representa o pagamento das ajudas de custo referente às remoções de ofício de servidores lotados na SR/DPF/SC; d) com diárias no montante de R\$ 340.456,12 (trezentos e quarenta mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e doze centavos) para serviços administrativos; e com outras despesas de menor vulto, aqui não discriminadas.

A maior dificuldade enfrentada no exercício de 2009 relacionada à execução da ação foi a centralização dos recursos pela COF/DPF, tardando os processos licitatórios. Não obstante, houve contingenciamento dos recursos relativos ao pagamento das diárias em virtude da vigência do Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009.



Gráfico 07 – Comparativo das despesas empenhadas em atividades administrativas

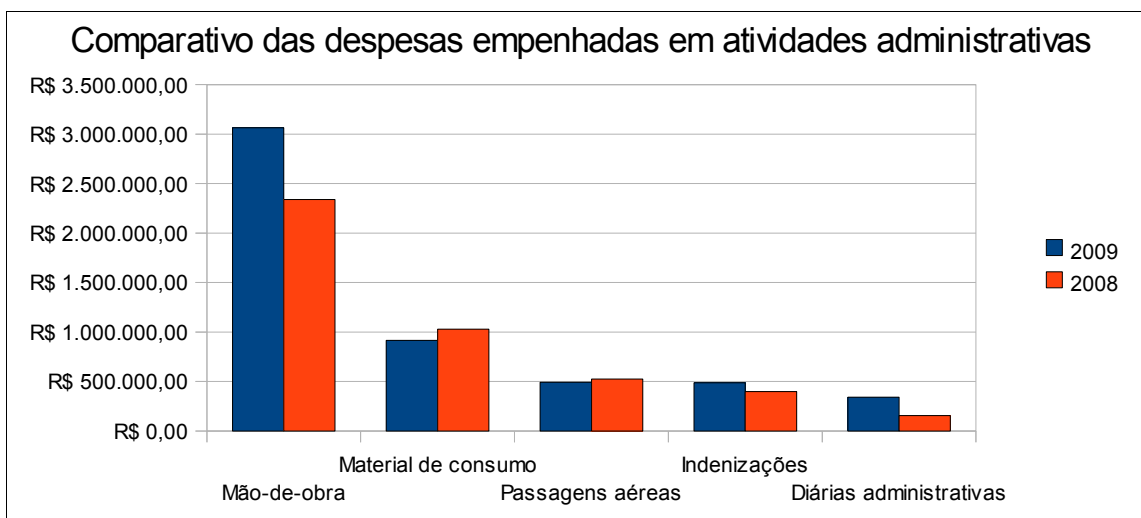


Gráfico 08 – Comparativo das despesas consolidadas

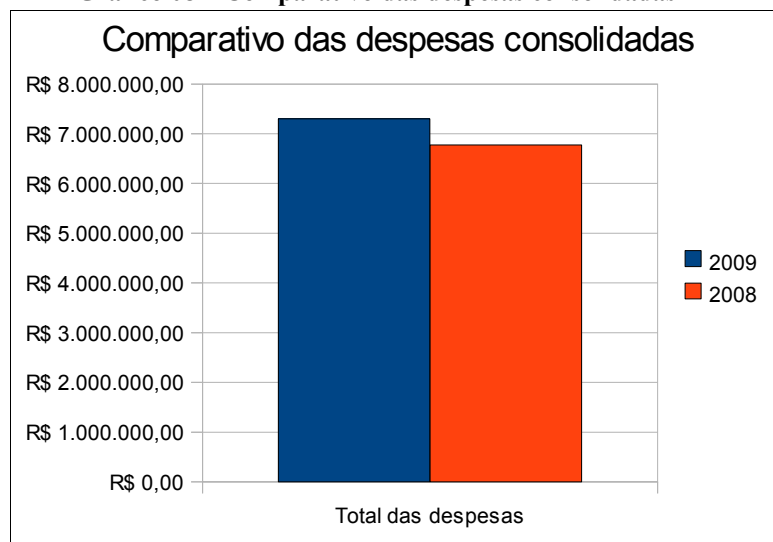
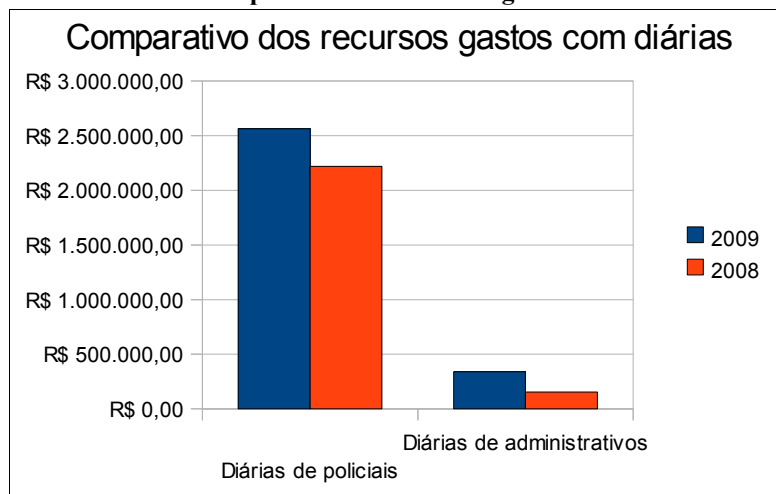


Gráfico 09 – Comparativo dos recursos gastos com diárias





2.3.1.4.2 - Ação 2003 - Ações de Informática

Quadro 14 - Dados Gerais da Ação 2003

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infraestrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200370
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Execut. por Insc. em RP Não-Proc
2003 ACOES DE INFORMATICA	99.951,70	16.555,70	16.555,70	83.396,00

Considerações

Nas ações de informática, contempladas no projeto/atividade 2003, foi executado o valor de R\$ 16.555,70 (dezesesseis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos) e foi inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 83.396,00 (oitenta e três mil, trezentos e noventa e seis reais) para liquidação no exercício de 2010.

A necessidade de aquisição de equipamentos de informática é evidente em todas as UJ e é demandada durante todo o exercício, contudo a descentralização dos créditos é realizada pela COF/DPF, ficando a UJ aguardando a disponibilidade orçamentária.

A UJ de Santa Catarina, mais especificamente o Núcleo de Tecnologia da Informação, demandou a aquisição de 01 (um) rack para a adequação do servidor de back-up da Superintendência (valor de R\$ 16.555,70), de 02 (dois) switches para adequação da rede de TI (tecnologia da informação) da Superintendência (valor de R\$ 29.270,00), bem como a aquisição de scanners (valor de R\$ 54,126,00) para atendimento de determinação do TRF da 4ª. Região para adequação da rede e aquisição de equipamentos para implementação de projeto do E-proc, sistema de digitalização dos processos para remessa à Justiça Federal na região Sul do País.

Contudo, no exercício de 2009 houve contingenciamento dos recursos para esta ação, sendo descentralizado somente parte do orçamentário solicitado, no final do ano, mais precisamente no dia 10/12/2009, o que dificultou a liquidação da despesa, ficando parte dos empenhos em restos a pagar



para o exercício de 2010. Ainda, o contingenciamento não contemplou outras demandas que já tinham processos instruídos.



2.4 - Desempenho Operacional

2.4.1 - Evolução das despesas

2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 15 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	430.000,48	61.505,96	430.000,48	61.505,96
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	4.334.948,61	5.242.844,48	4.334.948,61	5.242.844,48
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	1.079.049,50	1.015.898,41	1.079.049,50	1.015.898,41
Inexigibilidade	174.967,30	154.154,14	174.967,30	154.154,14
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	322.065,05	292.172,03	322.065,05	292.172,03
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha ⁵	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	2.373.085,47	2.904.163,59	2.373.085,47	2.904.163,59
Outros	576.676,23	537.134,74	576.676,23	537.134,74

⁵ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.



2.4.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 16 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	11.258,11	-	11.258,11	-	-	-	11.258,11	-
08- OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	11.258,11	-	11.258,11	-	-	-	11.258,11	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	10.329.080,04	10.475.308,09	9.186.780,94	10.106.168,69	1.142.299,10	369.139,40	9.186.780,94	10.106.168,69
14 – DIARIAS – PESSOAL CIVIL	2.373.085,47	2.904.163,59	2.373.085,47	2.904.163,59	-	-	2.373.085,47	2.904.163,59
30 - MATERIAL DE CONSUMO	1.196.222,88	1.035.070,81	1.061.605,18	976.955,91	134.617,70	58.114,90	1.061.605,18	976.955,91
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	523.895,97	492.519,04	493.420,91	479.879,42	30.475,06	12.639,62	493.420,91	479.879,42
36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	136.617,9	103.339,76	136.617,9	103.339,76	-	-	136.617,9	103.339,76
37 – LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	2.338.255,18	3.063.700,84	2.307.933,28	2.936.973,72	30.321,90	126.727,12	2.307.933,28	2.936.973,72
39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	3.076.552,22	2.322.187,66	2.249.667,78	2.172.829,90	826.884,44	149.357,76	2.249.667,78	2.172.829,90
47- OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB. OP.INTRA-ORÇAMENTARIAS	15.611,99	16.203,06	15.611,99	16.203,06	-	-	15.611,99	16.203,06
92 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	149.388,67	28.905,44	149.388,67	28.905,44	-	-	149.388,67	28.905,44
93 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	519.449,76	509.217,89	399.449,76	486.917,89	120.000,00	22.300,00	399.449,76	486.917,89

**Quadro 17 - Evolução de Gastos Gerais**

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	430.931,61	523.895,97	492.519,04
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	3.479.375,66	2.373.085,47	2.904.163,59
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	2.090.187,26	2.338.255,18	3.063.700,84
3.1 Publicidade	0,00	0,00	0,00
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	1.147.883,70	1.363.870,72	1.461.160,95
3.3 Tecnologia da Informação			
	942.303,56	974.384,46	1.602.539,89
3.4 Outras Terceirizações	461.883,22	430.000,48	450.801,68
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	56.690,09	277.037,05	294.856,88
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	299.377,93	322.065,05	292.172,03
TOTAIS	6.761.755,68	5.987.302,15	7.203.357,18

Considerações

A UJ de Santa Catarina no exercício de 2009 executou o valor de R\$ 10.106.168,69 (dez milhões, cento e seis mil, cento e sessenta e oito reais e sessenta e nove centavos) para fazer frente as despesas correntes da SR/DPF/SC, conforme demonstrado no Quadro 16.

Em análise crítica à gestão da execução orçamentária dos créditos da UJ de Santa Catarina, observa-se, diante dos dados constantes no Quadro 15, que os gastos com contratação da SR/DPF/SC alcançaram o percentual de 81% na modalidade pregão, regra geral e obrigação legal para a contratação na Administração Pública.

No entanto, as contratações diretas, constantes do Quadro 15, alcançaram o percentual de 19% da despesa desta UJ com contratação, sendo que as Dispensas de Licitação foram formalizadas dentro da legalidade e analisadas pelo Núcleo de Assessoramento Jurídico da AGU/SC, visando a contratação da CELESC (fornecimento de energia para a SR/DPF/SC e para as seis unidades Descentralizadas do DPF no estado de Santa Catarina), bem como a locação de imóveis onde se encontram instaladas as Delegacias de Criciúma, Chapecó e Lages, entre outras despesas discriminadas conforme quadro abaixo, resultando na execução de R\$ 1.015.898,41 (um milhão, quinze mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e um centavos).

**Quadro 18 – Dispensas de Licitação 2009 – UG: 200370**

EMPENHO	CREDOR	VALOR EMPE- NHADO	VALOR LIQUI- DADO	RAP	OBJETO RESUMIDO (CONFORME ITEM SIASG)
900013	CELESC	27.847,58	27.847,58		ENERGIA ELÉTRICA DCQ.
900015	CELESC	33.096,70	33.096,70		ENERGIA ELÉTRICA IJI.
900016	CELESC	16.840,87	16.840,87		ENERGIA ELÉTRICA LGE.
900017	CELESC	21.902,68	21.902,68		ENERGIA ELÉTRICA CCM.
900018	CELESC	30.352,85	30.352,85		ENERGIA ELÉTRICA XAP.
900020	CELESC	378.845,34	378.845,34		ENERGIA ELÉTRICA SR.
900021	CELESC	66.524,89	66.524,89		ENERGIA ELÉTRICA JVE.
900022	DILMAR MONA- RIM	11.237,91	11.237,91		ALUGUEL LGE CASA 1
900023	DILMAR MONA- RIM	25.464,00	25.464,00		ALUGUEL LGE CASA 2
900024	DUDA IMOVEIS	125.103,00	125.103,00		ALUIGUEL CCM
900026	IMOBILIARIA MARKIZE	152.363,76	152.363,76		ALUGUEL XAP.
900055	FUNIN	12.319,17	7.319,17	5.000,00	PUBLICAÇÕES DOU.
900125	CMC	3.887,00	3.887,00		MANUTENÇÃO EXTINTORES.
900165	HAGA REPR.EN- G.E COM	2.765,00	2.765,00		PLASTIFICADORA.
900190	PEREIRA LTDA	6.298,00	6.298,00		COPOS DESCARTÁVEIS
900191	DORACI	7.860,00	7.860,00		BANDEIRAS.
900208	SCHIRLEI MAN- DELLI	1.100,00	1.100,00		TOLDO PÁTIO CCM
900209	TECNOLÓGICA	518,00	518,00		REBOBINAMENTO MOTORES
900210	OFFICE FLEX	3.614,00	3.614,00		MANUTENÇÃO DE MÓVEIS
900213	STEINGLASS LTDA	2.326,86	2.326,86		INSTALAÇÃO DE PORTA DE CORRER VIDRO TEMPERADO.
900242	SD CONSULT VE- TERINA	2.952,00	2.952,00		RAÇÃO ANIMAL
900243	SD CONSULT VE- TERINA	4.111,92	4.111,92		CONSULTAS E VACINAS
900335	DSLNET	2.789,15	2.789,15		SUPRIMENTOS INFORMÁTICA
900370	ESTANCIA STA RITA	3.150,00	3.150,00		ÁGUA MINERAL
900371	JAIME LUIZ ZI- LIOTTO	7.345,00	7.345,00		ESTANTES E CABIDEIROS
900372	TOLDOS TROPI- CAL	1.165,00	1.165,00		CONBERTURA TOLDO TIPO LONA
900382	CARIMBOS CEN- TER	3.380,00	3.380,00		CARIMBOS
900394	TRANSMARTINI	6.445,36	6.445,36		MATERIAL DE CONSTRUÇÃO
900395	CASAS DA AGUA	754,02	754,02		MATERIAL DE CONSTRUÇÃO
900420	LIVRARIA SICI- LIANO	2.849,05	2.849,05		PHOTOSHOP
900439	JAIME LUIZ ZI- LIOTTO	4.470,00	4.470,00		FRAGMENTADORAS
900453	NOBRE	3.101,00	3.101,00		DIVISÓRIAS E PORTAS
900459	LUIZ DAS LE- TRAS	2.980,00	2.980,00		CONFECÇÃO DE PLACAS
900460	OXI-GENIO FPO- LIS	1.150,00	1.150,00		GÁS HÉLIO
900517	NILTON D. DA SILVA	7.815,00	7.815,00		DESPACHANTE TRÂNSITO DOCS VTRS
900525	ARTE MAXIMA	1.100,00	1.100,00		CONFECÇÃO DE PLACAS
900537	TUDO COM ARTE	685,00	685,00		QUADRO COLAGEM JVE
900603	VALMIR PICUS-	7.700,00	7.700,00		ÓLEO CHILLER



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/SC

Relatório de Gestão 2009

	SA AR C				
900608	MILENIUM	1.463,00	1.463,00		ENGATE PARA REBOQUE
900648	MILENIUM	785,40	785,40		BATERIAS
900709	HAGA REPR.EN- G.E COM	7.680,00	7.680,00		LEITOR CÓDIGO BARRA SEM FIO
900758	TROFEU PRIME	250,00	250,00		CONFECÇÃO DE PLACAS
900763	TECNÓLOGICA	4.571,90	4.571,90		COMPONENTES PARA MANUTENÇÃO AR COND
901020	WEBER & CZAR- NOBAY	3.300,00		3.300,00	ELABORAÇÃO PROJETO UTEC/XAP/SC
901023	PROJEMOB	5.050,00		5.050,00	BALCÃO MDF
901057	FURLANETTO LTDA	7.888,00		7.888,00	SERVIÇOS GRÁFICOS
901076	TERRA ENGE- NHARIA	1.985,28		1.985,28	REPAROS EMERGENCIAIS DPF/LGE.
TOTAL		1.027.183,69	1.003.960,41	23.223,28	

Quadro 19 – Dispensas de Licitação 2009 – UG: 200371

EMPENHO	CREDOR	VALOR EMPE- NHADO	VALOR LI- QUIDADO	RAP	OBJETO RESUMIDO (CONFOR- ME ITEM SIASG)
900036	IPEJ	7.328,00	7.328,00	-	PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO PRE- VID
900055	ESAUDE.COM	2.500,00	2.500,00	-	CAPACITAÇÃO PREGOEIROS
900099	CENADEM	1.710,00	1.710,00	-	CONGRESSO E FEIRA GED E ECM
900106	IT INST DE TECN E C	400,00	400,00	-	II ENCONTRO NACIONAL CONTAB PÚBLICA
TOTAL		11.938,00	11.938,00	-	

As Inexigibilidades de licitação foram formalizadas para a contratação de empresa visando o fornecimento de água e saneamento básico para atender a SR/DPF/SC e as Descentralizadas, bem como serviços postais e outros serviços e despesas, perfazendo um total de R\$ 154.154,14 (cento e cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e quatro reais e quatorze centavos).

Quadro 20 – Inexigibilidades de Licitação 2009 – UG: 200370

EMPENHO	CREDOR	VALOR EM- PENHADO	VALOR LI- QUIDADO	RAP	OBJETO RESUMIDO (CON- FORME ITEM SIASG)
900011	SEMASA/LAGES	477,90	440,74	37,16	ÁGUA POTÁVEL IJI.
900012	SEMASA/ITAJAI	1.345,77	1.345,77		ÁGUA POTÁVEL LGE.
900014	AGUAS DE JOIN- VILLE	4.717,38	4.717,38		ÁGUA POTÁVEL JVE.
900019	CASAN	41.850,16	41.850,16		ÁGUA POTÁVEL SR, DCQ E XAP.
900043	EMP. BRAS. COR- REIOS	11.662,12	11.662,12		CORRESPONDÊNCIA AGRUPA- DA (MALOTES).
900044	EMP. BRAS. COR- REIOS	60.474,61	60.474,61		SERVIÇOS POSTAIS.
900053	THYSSENKRUPP	8.640,00	8.640,00		MANUTENÇÃO ELEVADORES SR/DPF/SC,
900068	RADIOBRAS	1.690,50	1.690,50		PUBLICAÇÕES LEGAIS - JOR- NAIS GRANDE CIRCULAÇÃO (SUCEDIDA PELA EBC)



900087	GOVERNO DO ESTADO	22.927,14	22.927,14		SEGURO OBTIGATÓRIO DP-VAT E TRANSFERÊNCIAS.
900381	EBC	5.000,00	405,72	4.594,28	PUBLICAÇÕES LEGAIS - JORNAL GRANDE CIRCULAÇÃO.
TOTAL		158.785,58	154.154,14	4.631,44	

OBS: UG 200371 S/ INEXIBILIDADES DE LICITAÇÃO EM 2009

Seguindo na análise das despesas por modalidade de contratação, em Regime de Execução Especial, informa-se que esta UJ, conforme dados apresentados no Quadro 16 extraídos do sistema SIAFI, executou o valor de R\$ 292.172,03 (duzentos e noventa e dois mil, cento e setenta e dois reais e três centavos), dos quais R\$ 139.388,47 (cento e trinta e nove mil, trezentos e oitenta e oitenta reais e quarenta e sete centavos) estão explicitados e justificados no presente Relatório, no Item 2.3.1.1.2 Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública. O restante do montante foi executado para cobrir as despesas de caráter emergencial de pequeno vulto, que não poderiam aguardar o rito ordinário da despesa. Comparando-se os exercícios de 2008 e 2009, constata-se uma redução nos gastos nesta modalidade, em virtude do contingenciamento dos recursos e das alterações nas normativas do DPF quanto à liberação de suprimentos de fundos.

Analisando as despesas correntes por grupo e elemento, constantes do Quadro 16, bem como a evolução dos gastos, constante do Quadro 17 do presente relatório, comparativamente entre o exercício 2009 e 2008, fica evidenciada a majorada das despesas de locação de mão de obra e de diárias.

Demonstra-se a regularidade no aumento das despesas com diárias no exercício de 2009, no percentual de 22,37% em virtude do aumento do valor da diária, autorizada e regulamentada pelo Decreto 6.907/2009, de 21/07/2009. Esta alteração levou a Administração Central e todas as UJs a contingenciarem os respectivos montantes da cota orçamentária, objetivando não comprometer o planejamento do DPF. Diante da mudança de realidade orçamentária, algumas ações que não repercutiriam na atividade finalística do Órgão foram adiadas para o presente exercício, visando alcançar a meta de contingenciamento estabelecida pela COF/DPF, como alteração na estratégia de atuação. Frente a dificuldade orçamentária apresentada, em virtude do fato superveniente de modificação legal sem adequação do orçamentário para nova despesa, pode-se depreender da análise do Quadro 17 que a evolução dos gastos com diárias no ano de 2008 para o exercício de 2009 estão em percentual aceitável, uma vez que a vigência da regulamentação do aumento das diárias iniciou no segundo semestre de 2009. A otimização e planejamento dos deslocamentos e das atividades fora da sede garantiram o contingenciamento das despesas com diárias. No entanto, a evolução dos gastos com diárias no exercício de 2010 será acompanhada para estimar o impacto orçamentário do novo valor das diárias civis.

Não obstante ao aumento dos gastos com diárias, similar é a situação dos postos de trabalho terceirizados que elevou a despesa com terceirização no DPF em virtude: a) do novo sistema de emissão de passaporte na SR/DPF/SC que demandou uma adequação de atendimento ao público, bem como o atendimento do DPF no Aeroporto Internacional Hercílio Luz, que também demandou a necessidade de contratação de recepcionistas para apoio na imigração, tendo em vista o aumento da movimentação de estrangeiros e vôos internacionais, citado na introdução do presente relatório.



O montante executado com locação de mão de obra demonstrado no Quadro 17, item 3, Serviços Terceirizados, bem como no Quadro 16, Despesas Correntes por Grupo e Elemento de despesa, elemento 37, teve uma significativa majoração, em virtude da contratação dos recepcionistas para imigração, bem como os serviços de limpeza e conservação que foram adequados para atender a Delegacia de Criciúma inaugurada em 2008, sendo as contratações realizadas na modalidade pregão.

As demais despesas encontram-se explicitadas na considerações/análise dos gastos com ação 2000, Administração da Unidade, constante do item 2.3.1.4.1 do presente relatório.

A alteração mais significativa no cumprimento das ações programadas por esta UJ foi o contingenciamento dos recursos para aquisição de materiais de informática, em virtude de centralização da aquisição pela CTI/DPF, e para obras e reformas, em virtude da centralização das prioridades pela DEOB/DPF.

As ações estavam previstas para adequação do parque de informática da SR/DPF/SC e para a adequação da área destinada para a instalação do Núcleo de Policiamento Marítimo de Florianópolis. Frente à dificuldade orçamentária esta UJ buscou parceria da Receita Federal para destinação de equipamentos de informática e da Justiça Federal para destinação de recursos advindos dos TAC, a fim de alcançar as metas estabelecidas iniciadas em 2009 com previsão para 2010.

**2.4.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa****Quadro 21 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa**

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	815.233,34	190.150,66	92.753,59	101.704,66	722.479,75	88.446,00	92.753,59	101.704,66
51 - OBRAS E INSTALACOES - OP.INT. ORC.	596.500,81	61.505,96	-	61.505,96	596.500,81	-	-	61.505,96
52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	218.732,53	128.644,70	92.753,59	40.198,7	125.978,94	88.446,00	92.753,59	40.198,7
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-

Considerações

No exercício de 2009 foi executado, no grupo investimento, o montante de R\$ 101.704,66 (cento e um mil setecentos e quatro reais e sessenta e seis centavos), conforme demonstrado no Quadro 21.

Detalhando o elemento 51 – Obras e Instalações, no valor de R\$ 61.505,96 (sessenta e um mil quinhentos e cinco reais e noventa e seis centavos) destaca-se que a presente despesa foi realizada na modalidade Tomada de Preços para a contratação de empresa especializada para reforma das instalações da nova Delegacia de Lages, conforme já discorrido no item 2.3.1.2.1 – Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal.

O Investimento no elemento 52 – Equipamento e Material Permanente, no valor de R\$ 40.198,70 (quarenta mil, cento e noventa e oito reais e setenta centavos) pagos em 2009, somado ao valor de R\$ 88.446,00 (oitenta e oito mil quatrocentos e quarenta e seis reais) inscritos em Restos a Pagar em 2010, correspondem à aquisição de materiais de informática por adesão a Pregão no Sistema de Registros de Preço, recursos pertencentes ao Programa 750, ação 2003, constante no item 2.3.1.4.2 Ações de Informática, do presente relatório, totalizando o valor de R\$ 99.951,70 (noventa e nove mil novecentos e cinquenta e um reais e setenta centavos).

Não obstante, outras aquisições de material permanente foram empreendidas pela UJ de Santa Catarina, a saber: leitoras ópticas para o Núcleo Cartorário (7680), estantes de aço para o Arquivo Geral (7070), fragmentadoras para o Núcleo de inteligência (4470), maquina plastificadora para o SINARM (2.765), balcão para a DELEMIG (5100) e engates para reboques (1463), todos adquiridos



na modalidade Dispensa de Licitação, em razão do valor, dentro do Programa 750, Ação 2000, conforme demonstrado nas considerações constantes do item 2.4.1.2.



2.4.1.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Quadro 22 - Demonstrativo da Execução Orçamentária no Programa de Prevenção e Repressão à Criminalidade

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica ⁶		2.788.127,24	2.788.127,24	-	2.788.127,24	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência ²			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício ⁷
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79	70	75	125*
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						
Análise do Resultado Alcançado:						
O prazo de conclusão de um inquérito policial depende de vários fatores, entre eles: a complexidade da investigação, os recursos materiais e pessoais disponíveis, o apoio de outros órgãos e a quantidade de inquéritos policiais sob a presidência da autoridade policial encarregada da investigação. A tramitação do inquérito policial entre a Polícia, o Ministério Público e o Judiciário (prorrogação de prazo e outros incidentes da investigação), a não localização de pessoas a serem ouvidas, o aguardo de requisições feitas a outros órgãos, o aguardo da conclusão de exames periciais e investigações muito complexas são as principais causas da demora na conclusão dos inquéritos policiais. Não obstante o prazo de conclusão dos inquéritos policiais no Estado de Santa Catarina estar acima do índice previsto (75 dias), que é muito baixo, ainda está num nível bom. A experiência demonstra que inquéritos policiais de média a alta complexidade, pelos fatores acima referidos, demoram de seis meses a dois anos para serem concluídos, sem que isto comprometa futura ação penal.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (PERCENTAGEM)	31/12/2006	63,6	80	70	124 ⁸
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						

⁶ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central

⁷ A Referência informada é a constante no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal.

⁸ O índice informado se refere apenas ao desempenho desta superintendência.



Análise do Resultado Alcançado:

No ano de 2009, em todo o Estado de Santa Catarina, foram instaurados 2.435 (dois mil quatrocentos e cinco) inquéritos policiais e relatados 3.028 (três mil e vinte oito), o que resultou no índice positivo de 124,35%. Este índice foi alcançado após cobranças da administração para que os inquéritos policiais, principalmente os mais antigos, fossem concluídos no menor tempo possível. Também foram adotadas políticas de conscientização das autoridades policiais no sentido de otimizar os recursos pessoais e materiais visando agilizar a formação da prova e a conclusão dos inquéritos policiais. O Projeto Tentáculos, que centralizou as informações de fraudes (com o uso de cartão clonado e internet banking) contra a CEF em Brasília/DF, impediu a instauração de centenas de inquéritos policiais fadados ao insucesso. Adotou-se a sistemática de não instaurar de ofício inquéritos policiais destinados a apurar crimes de bagatela, sendo tal fato comunicado ao MPF, que requisita a instauração nos casos em que entende necessário. Estas ações resultaram numa considerável redução dos inquéritos policiais instaurados, permitindo que as autoridades policiais se concentrassem na conclusão dos que estavam em andamento, garantindo um melhor desempenho na produtividade.

Fonte: SIGPLAN, SISCART e SINPRO

Considerações

O prazo médio de conclusão dos inquéritos policiais no Estado de Santa Catarina, referente ao ano de 2009, foi obtido pela média da Superintendência Regional (141 dias) e das 06 (seis) Descentralizadas, sendo elas: Itajaí (120 dias), Joinville (127 dias), Criciúma (146 dias), Lages (140 dias), Chapecó (120 dias) e Dionísio Cerqueira (84 dias).

A região abrangida pelos municípios de Tubarão/SC e Criciúma/SC, no sul do Estado, possui uma grande incidência de delitos cuja competência para apurar é da Polícia Federal. Assim sendo, com a criação da Delegacia de Polícia Federal em Criciúma/SC, ativada em outubro/2007, houve uma diminuição considerável de inquéritos policiais na Superintendência Regional.

No decorrer do ano de 2010, com a implantação do sistema E-PROC (processo eletrônico) no âmbito do TRF 4ª Região, os inquéritos policiais também serão feitos em meio eletrônico. Depois de superadas as dificuldades decorrentes de sua implantação, sem dúvida tal ferramenta contribuirá para diminuir o tempo de conclusão dos inquéritos policiais e aumentar a produtividade.

Com relação ao Programa 1353, 0750 e 1453, não há indicadores institucionalizados pelo DPF para serem avaliados, sendo adotadas metodologias de controle e acompanhamento individualizadas pelas UJs.

Quadro 23 - Demonstrativo da Execução Orçamentária no Programa de Modernização da Polícia Federal

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1353		Denominação: Modernização da Polícia Federal			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica ⁹		61.505,96	61.505,96	-	61.505,96

⁹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.



Quadro 24 - Demonstrativo da Execução Orçamentária no Programa de Apoio Administrativo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica ¹⁰		7.755.360,01	7.320.074,61	435.285,40	7.320.074,61

Quadro 25 - Demonstrativo da Execução Orçamentária no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1453		Denominação: Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica ¹¹		60.465,54	38.165,54	22.300,00	38.165,54

¹⁰ Idem nota de rodapé 9.

¹¹ Idem nota de rodapé 9.



2.4.1.5 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade

Quadro 26 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo ¹²	Prio ¹³	Unidade Medida	Meta Física ¹⁴			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
06 – Segurança Pública	122 – Administração Geral	0750	2000	A	3	NA	NA	NA	NA	7.303.405,50	NA	NA
06 – Segurança Pública	125 – Normatização e Fiscalização	0662	2679	A	3	Documento Emitido	NA	NA	NA	88.345,05	NA	NA
06 – Segurança Pública	126 – Tecnologia da Informação	0750	2003	A	3	NA	NA	NA	NA	16.555,70	NA	NA
06 – Segurança Pública	128 – Formação de Recursos Humanos	0662	4572	A	3	Servidor capacitado	NA	NA	NA	11.938,00	NA	NA
06 – Segurança Pública	181 – policiamento	0662	2726	A	3	Operação realizada	NA	NA	NA	2.548.455,72	NA	NA
06 – Segurança Pública	183 – Informação e Inteligência	0662	2720	A	3	Ação Realizada	NA	NA	NA	139.388,47	NA	NA
06 – Segurança Pública	422 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1453	8375	A	3	Indenização Paga	NA	NA	NA	38.165,54	NA	NA

Considerações

A Superintendência da Polícia Federal em Santa Catarina não detém participação na descentralização dos recursos da LOA, atribuição esta do Órgão Central COF/DPF, bem como do alcance das metas físicas e financeiras do DPF.

Esta UJ somente atua como executora dos recursos orçamentários descentralizados para atender as demandas correntes do DPF no Estado de Santa Catarina e busca gestionar junto ao Órgão Central descentralização de recursos para cumprimento das metas estabelecidas por esta UJ no PMA-2009.

¹² Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

¹³ Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

¹⁴ O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.



Relatório de Gestão 2009

Analisando-se o Quadro 26 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade e considerando que a função 06 – Segurança Pública e todas as subfunções elencadas já foram objeto de análise no corpo do presente relatório em cada programa e ação estabelecidas na LOA, passa-se a fazer um descritivo relacionando as subfunções aos respectivos programas e ação, visando facilitar a análise da gestão:

- a) Subfunção 122 – Administração Geral, está relacionada ao Programa 0750 – Apoio Administrativo, Ação 2000 (Administração da Unidade) analisada no RG no item 2.3.1.4.1, fl. 30;
- b) Subfunção 125 – Normatização e Fiscalização, está relacionada ao Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade, Ação 2679 (Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos) abordada no item 2.3.1.1.1, fl. 19;
- c) Subfunção 126 – Tecnologia da Informação, está relacionada ao Programa 0750 – Apoio Administrativo, Ação 2003 (Ações de Informática) analisada no item 2.3.1.4.2, nas fl. 33;
- d) Subfunção 128 – Formação de Recursos Humanos, está relacionada ao Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade, Ação 4572 (Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação), abordada no item 2.3.1.1.4, fl. 25;
- e) Subfunção 181 – Policiamento, está relacionada ao Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade, Ação 2726 (Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União), abordada no item 2.3.1.1.3, fl. 22;
- f) Subfunção 183 – Informação e Inteligência, está relacionada ao Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade, Ação 2720 (Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública), abordada no item 2.3.1.1.2, fl. 21;
- g) Subfunção 442 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, está relacionada ao [Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI](#), Ação 8375 (Campanha de Desarmamento), abordada no item 2.3.1.3.1, fl. 28.



2.4.2 - Indicadores de desempenho

Especificamente no que se refere à instauração de inquéritos policiais, houve uma diminuição no ano de 2009, comparativamente a 2008, isso deve-se, principalmente, pela criação da Operação Tentáculos, que propiciou o encerramento de centenas de inquéritos policiais que já estavam fadados ao arquivamento e à remessa das novas fraudes praticadas contra a Caixa Econômica Federal ao núcleo da operação, em Brasília. Em contrapartida, o número de inquéritos policiais encerrados superou as expectativas. Na avaliação da Direção Geral, o índice de produtividade da Polícia Federal no estado de Santa Catarina alcançou o percentual de 124,35% no que se refere ao número de inquéritos relatados.

O número de apreensões de entorpecentes está dentro do desempenho previsto pela Delegacia competente, com destaque para operação que em trabalho de análise e inteligência, retirou de circulação quase 03 (três) toneladas de drogas.

O Setor de Criminalística - SETEC tem dado continuidade aos laudos periciais que, na sua maioria, são destinados à produção de provas para compor inquéritos policiais, mantendo uma sequência em relação aos anos anteriores, sem incremento significativo.

A emissão de registros de armas teve um acréscimo importante, podendo-se citar um incremento de 74% em relação à emissão de registro de armas (novas e velhas); da mesma forma, a emissão de carteiras de vigilantes superou os 260% em relação a 2008.

A emissão de passaportes teve um aumento acima do esperado, resultando num percentual de 204% a maior do que o número emitido no ano de 2008.

As estratégias propostas no que se refere à deflagração de operações policiais poderiam ter atingido melhores índices, não fosse a movimentação de efetivo para outras áreas da Federação.

Quadro 27 - Indicadores de desempenho

ATIVIDADE	QUANTIDADE		
	ANO 2007	ANO 2008	ANO 2009
IPL INSTAURADOS	2.490	3.133	2.435
IPL RELATADOS	2.467	2.105	3.028
SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES APREENDIDAS	657.786,53g	3.249.926,00g	2.989.878,00g
LAUDOS PERICIAIS	1.138	1.356	1.382
REGISTRO ARMAS	13.775	15.010	26.237
PASSAPORTES EMITIDOS	20.234	22.201	45.471



CARTEIRAS VIGILANTES EMITIDAS	2.278	1.613	4.231
OPERAÇÕES DEFLAGRADAS	Prej.	71 (Descentralizadas)	69 (Descentralizadas)

2.4.3 – Análise do desempenho

Pode-se dizer que o desempenho das atividades da Polícia Federal no ano de 2009 está dentro das atribuições previstas na Constituição Federal e das metas determinadas pela Direção Geral e, vale dizer, em alguns tópicos, acima do esperado. O combate à corrupção, a apreensão de grande quantidade de entorpecentes, a forte atuação do GPOM nos crimes ambientais, são alguns dos resultados esperados.

A necessidade de dispor grande parte do efetivo em operações permanentes e/ou para outras unidades carentes de servidores especializados, de certa forma, refletiu negativamente nas atividades finalísticas; somente entre os meses de agosto/09 a fevereiro/10 a Direção Geral requisitou para o estado de Santa Catarina 41 (quarenta e um) policiais para as operações permanentes e 160 (cento e sessenta) policiais para outras operações. Em 2010 a Operação Sentinela também demandará grande movimentação de efetivo.

Destaca-se também o trabalho realizado por esta SR/DPF/SC junto ao MP e Poder Judiciário, CNJ e SENAD, com o objetivo de dar destino imediato aos bens apreendidos, principalmente os veículos. Esse trabalho redundou na expedição da Recomendação nº 30, do CNJ, que determina aos Ilustres Magistrados que promovam a alienação antecipada dos bens, depositando os valores em contas bancárias, até decisão final do Mérito. Tal Recomendação movimentou também os dirigentes da SENAD para promover doações a outros órgãos e leilões de bens apreendidos. Com isso, espera-se retirar grande parte dos veículos e/ou mercadorias dos congestionados pátios da SR/DPF/SC e das demais Descentralizadas, no decorrer do ano de 2010.

O desempenho na esfera administrativa teve êxito com algumas metas estipuladas no ano de 2008, tais como a reforma da Delegacia de Lages e a incorporação de um terreno para o NEPOM e para a Delegacia de Chapecó, ademais das parcerias com o Porto de Imbituba e o Shopping em Camboriú (este para a emissão de passaportes), todas sem ônus para a União. Já a meta de reforma e melhorias nas Delegacias de Dionísio Cerqueira e Itajaí será tratada como prioridade no ano de 2010.

Na questão da capacitação dos servidores, não houve grandes investimentos, principalmente a partir de agosto/2009. No entanto, foram realizados cursos voltados ao treinamento na condução de embarcações, mergulho policial, armamento e tiro, gestão de pessoas (ENAP), identificação de veículos (destinado aos peritos) e outros na esfera administrativa.

Por fim, a SR/DPF/SC teve na metade do ano de 2009 uma sensível alteração no quadro de chefias e redirecionamento de suas ações, estando ainda em fase de adaptação e aprimoramento das ações propostas.



3 - Recursos Humanos

Quadro 28 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	444	Σ	Não há informação ¹⁵
Próprios	444	Não há informação	
Requisitados	0	0	
Celetistas	0	0	
Cargos de livre provimento	Σ	Σ	
Estatutários	0	0	
Não Estatutários	0	0	
Terceirizados			
Total	444		

Fonte: SIAPE

Quadro 29 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	383	R\$ 44.293.965,97	Não informado pelo SRH/SC	Não informado pelo SRH/SC	Não informado pelo SRH/SC	Não informado pelo SRH/SC
2008	437	R\$ 55.485.442,02	Não informado pelo SRH/SC	Não informado pelo SRH/SC	Não informado pelo SRH/SC	Não informado pelo SRH/SC
2009	444	R\$ 64.157.827,77	Não informado pelo SRH/SC	Não informado pelo SRH/SC	Não informado pelo SRH/SC	Não informado pelo SRH/SC
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
Requisitados sem ônus para a UJ						

¹⁵ O Departamento de Polícia Federal não possui levantamento quanto ao quantitativo ideal de servidores para os seus quadros.



2007	-	-	-	-	-	-	-	
2008	-	-	-	-	-	-	-	
2009	-	-	-	-	-	-	-	
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	44	1.147.883,70	48	1.404.186,78	-	-	-	-
2008	44	1.363.870,72	48	1.404.384,94	-	-	04	R\$ 7.452,40
2009	50	1.461.160,95	86	2.053.341,57	-	-	14	R\$ 34.713,47

Fonte: SIAPE - CONTRATOS

Considerações

De acordo com o mapa produzido pela DELP/CRH/DGP – levantamento efetivado (número de APF X número de habitantes), verifica-se que o número de Agentes de Polícia Federal (APF) no Estado de Santa Catarina está abaixo do considerado ideal para a realização das atribuições da Polícia Federal, uma vez que, pelo cálculo população versus efetivo de APF, tem-se a média de 01 (um) APF por 25.531 (vinte e cinco mil, quinhentos e trinta e um) habitantes. A média nacional é de 33.785 (trinta e três mil, setecentos e oitenta e cinco) habitantes por APF e o considerado ideal é 01 (um) APF a cada 10.000 (dez mil) habitantes.

No entanto a situação mais crítica da UJ Santa Catarina é na área administrativa, na qual é notória a necessidade da admissão de servidores da área-meio, a fim de permitir o direcionamento exclusivo dos servidores policiais às atividades inerentes ao cargo.

Para adequação da Carreira de Apoio, propõe-se a realização de concurso público em caráter emergencial para suprir a falta de servidores administrativos nas Delegacias descentralizadas, Setores e Núcleos desta Superintendência Regional.

De outra banda, com relação à avaliação de indicadores gerenciais sobre recursos humanos, vale observar que o Departamento de Polícia Federal não possui indicadores.



4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

– não ocorreu no período –



5 - Informações sobre Restos a Pagar - 2009

Quadro 30 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	1.268.278,04	749.973,62	518.304,42	-
2007	-	-	-	-
Observações:				

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

As inscrições no SIAFI de Restos a Pagar são advindas das execuções dos contratos, que com a demora na tramitação da fatura para ateste e pagamento, ou por questionamentos realizados pela fiscalização do contrato, ou ainda pela morosidade da empresa de emitir o faturamento, descumprem o prazo regulamentar para empenho e liquidação no final do exercício.

Na UJ de Santa Catarina a situação mais crítica foi a enfrentada com a Brasil-Telecom que, depois da fusão com a empresa Oi, não conseguiu atender uma das exigências da Administração quanto ao faturamento discriminado das ligações desta Superintendência por mudanças operacionais na empresa. Com isso, os valores dos empenhos foram remanejados para atender as despesas com diárias civis que, em virtude do aumento no valor, impactou o orçamento de todo o DPF. Os valores empenhados no exercício de 2008 foram cancelados e, no exercício de 2009, inscritos em Dívidas de Exercícios Anteriores, por morosidade na publicação da legislação de autorização para pagamento de RP de 2008 no próximo exercício.

A estratégia adotada por esta UJ para pagamento dos restos a pagar não processados foi garantir junto a COF/DPF o montante do valor inscrito em RP para não impactar a cota do exercício e otimizar os recursos da cota destacada do orçamento da união para esta UJ, visando honrar os compromissos pactuados e gerar garantia jurídica quanto ao planejamento orçamentário da UJ.



6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Santa Catarina não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, sendo tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.



7 - Previdência Complementar Patrocinada

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -



8 - Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado em Santa Catarina não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, sendo tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.



9 - Renúncia Tributária

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -



10 - Operações de Fundo

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -



11 - Determinações dos Órgãos de Controle

11.1 - Recomendações da CGU

A Controladoria-Geral da União considerou as contas desta Superintendência como “REGULAR COM RESSALVAS”, conforme Certificado de Auditoria nº 208262

As recomendações propostas pela CGU em 2007 estão relacionadas abaixo, com as respectivas providências adotadas.

Quadro 31 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
208262	1.1.2.1	SELOG e SR
Descrição da Recomendação:		
Pagamento de diárias em atraso.		
Providências adotadas:		
A disponibilização de teto orçamentário para o sistema SCDP é realizada pela COF/DPF		
Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
208262	2.1.3.3	SELOG e SR
Descrição da Recomendação:		
Pagamento de multas de trânsito de viaturas, sem a devida apuração de responsabilização dos servidores.		
Providências adotadas:		
Identificação do condutor perante o Órgão de Fiscalização, para apresentação de recurso. Diante do indeferimento do recurso, é instaurado processo administrativo para que o servidor pague a multa ou, em caso de estrito cumprimento do dever legal, pagamento pelo DPF.		
Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
208262	3.1.2.1	GAB/SR
Descrição da Recomendação:		
Ausência de indicadores e metas operacionais padronizados que permitam comparar o desempenho da unidade entre dois exercícios distintos, ou mesmo com outras Superintendências.		
Providências adotadas:		
Foi elaborado um coeficiente de indicador de eficiência, constante do presente relatório no item 2.4.1.5		



11.2 - Determinações e Recomendações do TCU

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Santa Catarina recebeu 03 (três) determinações do Tribunal de Contas da União, conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro 32 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU – Referentes as Contas de 2007

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CATARINA					
Deliberações do TCU - Contas 2006					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	016.686/2008-4	1000/2009	1.5.1.1	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina					
Descrição da Deliberação:					
Estabeleça rotinas de procedimentos a serem seguidas pelos servidores responsáveis pela emissão e pagamento das propostas de concessão de diárias – DCD e pela requisição de passagens aéreas, visando a elidir as falhas detectadas, a exemplo do pagamento de diárias fora do prazo previsto no art. 5 do Decreto n. 5.992/2006.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
GAB/SR e SELOG					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
No exercício de 2008 foi determinado que as viagens a serviço sejam cadastradas com antecedência mínima de 10 dias, exceto por relevante motivo e autorização do Sr. Superintendente. Contudo, algumas situações ocorreram em virtude de haver recurso orçamentário para apropriar a diária e não financeiro, resultado da centralização da movimentação de recursos na COF/DPF.					
Síntese dos resultados obtidos					
Segurança nos dados apresentados pelo SCDP.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CATARINA					
Deliberações do TCU - Contas 2006					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	016.686/2008-4	1000/2009	1.5.1.2	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina					
Descrição da Deliberação:					
Atue formalmente junto ao seu órgão central, visando à definição de metas e indicadores consistentes, aplicáveis ao tipo de					



atividade desenvolvida pela Polícia Federal, de forma que exista padronização em nível nacional.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
GAB/SR					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
No exercício de 2008 foi elaborado coeficiente para análise de desempenho das unidades do DPF, analisando a produtividade pelo número de inquéritos policiais instaurados versos os relatados.					
Síntese dos resultados obtidos					
Empenho das UJ em alcançar as metas de produtividade					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A atuação do órgão é pulverizada pelo território nacional o que dificulta padronização e limitações para implementações.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CATARINA					
Deliberações do TCU - Contas 2006					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	016.686/2008-4	1000/2009	1.5.1.3	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina					
Descrição da Deliberação:					
Quando da ocorrência de multas decorrentes de infrações de trânsito, determine, em atendimento ao art. 143 da Lei n. 8112/1990, a instauração imediata de procedimento administrativo destinado à apuração de responsabilidade pela infração, promovendo-se, quando cabível, o devido ressarcimento da despesa.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
GAB/SR e SELOG					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
No exercício de 2008, foi determinado ao Núcleo de Transporte que fosse identificado o condutor ao Órgão de fiscalização para encaminhamento de recurso. Com o indeferimento do recurso, fosse instaurado procedimento administrativo para apuração da responsabilidade do servidor, ou pagamento da multa pela administração.					
Síntese dos resultados obtidos					
Observância por parte do Núcleo de Transporte de maior controle dos condutores da SR/DPF/SC.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A dificuldade para adoção das providências está associada à dinâmica do Órgão, que acaba por incorrer em inobservâncias de regras de trânsito (pardais e semáforos) por estrito cumprimento do dever legal. Havendo uma significativa incidência de multas, demandando a tramitação de muitos procedimentos administrativos.					



12 - Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009

– não se aplica –

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, à CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.



13 - Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios

Quadro 33 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS

DECLARAÇÃO

Denominação completa (UJ):		Código das UGs:	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Santa Catarina		200370 – 200371	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Santa Catarina estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF. Contudo, esta Superintendência firmou convênio com o CIEE no ano de 2008, lançado no sistema SICONV, com os repasses centralizados pela COF/DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Florianópolis	Data	30 de março de 2010
Responsável	ANGELITA DE LIMA SCHOBBER	Matrícula nº	14.669



14 - Outras Considerações

A Superintendência Regional em Santa Catarina demonstrou regularidade em suas contas e produtividade em seu desempenho.

Contudo, no exercício de 2009, com a alteração do ordenador, ocorreu impacto no andamento das atividades em virtude de ações dependerem da ratificação das diretrizes operacionais e administrativas anteriormente dadas para o exercício, visando não despender recursos desnecessariamente em ações não prioritárias para a nova gestão.

Finalizando, informa-se que será realizado no exercício de 2010 o acompanhamento dos indicadores desenvolvidos pelo Órgão Central, o aprimoramento do estudo das atividades da UJ Santa Catarina e a elaboração de novos indicadores de desempenho para esta Superintendência Regional.

MIRIAN KRUSE DOS SANTOS
Escrivã de Polícia Federal – Mat. 6484
Chefe do Setor de Administração e Logística Policial

ADEMAR STOCKER
Delegado de Polícia Federal – Mat. 91
Superintendente Regional



15 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ): SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - SC	Código da UG: 200370 - 200371
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">– a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;– o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e– a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local: Brasília/DF	Data: 18/02/2010
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC n° DF-12534/O-8



DATA: 16/03/10

HORA: 09:39:25

USUARIO: MIRIAN

PAGINA: 1

MENSAGEM: 2010/0284942 DA EMISSORA 200240 SETORIAL DE CONTABILIDADE/DPF
EM 11/03/10 AS 16:36: POR GLADSTON GUIMARAES NAVES

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

SENHOR ORDENADOR DE DESPESA,

1. INFORMO A VOSSA SENHORIA QUE FOI ENCAMINHADA EM FEVEREIRO DE 2010 A DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA SUA UNIDADE GESTORA.

2. A DECLARAÇÃO FOI EMITIDA EM CONSONÂNCIA COM A PORTARIA TCU Nº 389/2009 E DEVE SUBSIDIAR O PREENCHIMENTO DE DEMONSTRATIVOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO, CONFORME ORIENTA A REFERIDA PORTARIA.

3. NA DECLARAÇÃO ENVIADA NÃO FOI MENCIONADO O PERÍODO A QUE SE REFERE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS SOB ANÁLISE.

4. DESSA FORMA, INFORMO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS MENCIONADOS NA DECLARAÇÃO REFEREM-SE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009, DEVENDO, PORTANTO, SER ESTA MENSAGEM ANEXADA A REFERIDA DECLARAÇÃO PARA COMPLEMENTAR A INFORMAÇÃO.

RESPEITOSAMENTE,
GLADSTON GUIMARÃES NAVES
CONTADOR RESPONSÁVEL
CRC Nº DF-12534/O-8